

Estados poderão rolar suas dívidas com a União e bancos por um período de 20 anos

por Claudia Safatle
de Brasília

Os governos estaduais poderão rolar suas dívidas com a União e bancos federais por um prazo de 20 anos, conforme o modelo de acordo que foi concebido pelo Ministério da Economia para refinar um débito total que atinge a cifra de US\$ 60 bilhões. Em contrapartida, segundo explicou o secretário-executivo do ministério, Luis Antônio Andrade Gonçalves, a este jornal, assinarão junto ao governo federal um memorando de entendimento, comprometendo-se a cumprir metas de saneamento das contas públicas de seus estados. Exatamente como ocorre num acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a cada descumprimento de metas, a autorização de rolagem seria suspensa.

Os 27 governadores de estado terão 24 meses para cortar gastos de maneira que restem pelo menos 10% das receitas disponíveis para tocar investimentos; 10% para gastos com custeio; 15% para pagamento de serviços de dívidas e no máximo 65% de comprometimento das receitas com a folha de pagamento.

Caberá aos governadores, por outro lado, viabilizar politicamente a aprovação, no Congresso Nacional, de uma série de emendas constitucionais que viabilizariam um ajuste estrutural nas finanças da União.

Dentre essas medidas que o ministro da Economia, Márcio Marques Moreira, está ultimando com seus principais assessores, para dar partida, concretamente, ao debate sobre a revisão constitucional estariam as seguintes:

- Estabilidade — seria proposto o fim da instabi-

lidade generalizada para o funcionalismo público, como garante a Constituição. Algumas categorias, porém, seriam protegidas de injunções políticas, principalmente as ligadas ao poder de polícia e de fiscalização do Estado, tais como os fiscais da Receita Federal, da Previdência Social ou do Banco Central, por exemplo;

- Aposentadoria — em vez da aposentadoria por tempo de serviço, a idéia da equipe econômica é propor um limite mínimo de idade para requerer a aposentadoria. Há os que defendem que esse limite de idade seja de 60 anos para as mulheres e 65 anos para os homens.

- Aposentadoria integral — o Ministério da Economia deverá sugerir, no elenco de medidas que implicam emenda constitucional, o fim da aposentadoria integral para o funcionalismo público.

- Gastos — através também de emenda constitucional, os poderes Legislativo e Judiciário passariam a ter limites de gastos, compondo, assim, o esforço de ajuste das contas do setor público, já que o caixa que abastece esses dois poderes é o mesmo: o Tesouro Nacional.

Essas medidas não esgotam a busca do ajuste estrutural e definitivo das finanças do Estado. Há, ainda, todo o trabalho da comissão dos "notáveis" para propor uma ampla reforma tributária, que não só enxugue o número de impostos, mas que busque uma contribuição mais efetiva dos que auferem altas rendas. A equação dessa reforma é reduzir o número de tributos, aumentar a receita tributária e redesenhar a partilha de recursos entre as três unidades da Federação — estados, municípios e união.